

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO – PAULO DE TARSO SANSEVERINO (MINISTRO DO STJ).....	13
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO – GISELDA HIRONAKA (PROFESSORA TITULAR DA USP).....	17
APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO – CASTRO FILHO (MINISTRO DO STJ)	21
APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO – FLÁVIO TARTUCE (DOUTOR PELA USP)	23
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO	25
NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO	27
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS ADOTADAS.....	31
INTRODUÇÃO	43
CAPÍTULO 1 – EVOLUÇÃO INTERPRETATIVA DOS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS: DO “ <i>QUI DIT CONTRACTUEL DIT JUSTE</i> ” À VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO.....	51
1.1. Paradigma contratual do passado (modelo romano) e tradicional (modelo liberal)	52
1.2. Evolução interpretativa dos princípios contratuais. Importância das cláusulas gerais e o contributo do direito alemão.....	53
1.3. Paradigma contratual do presente e pós-modernidade.....	57
1.4. Da bem-vinda conexão entre Constituição Federal, Código de Defesa do Consumidor e Código Civil	60
1.5. A força expansiva de novos conceitos e princípios contratuais. Notas sobre a Lei da Liberdade Econômica e a Lei do RJET	62

CAPÍTULO 2 – INSTRUMENTALIDADE DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS COMO MEIO DE INTERVENÇÃO ESTATAL NOS CONTRATOS.	
COMENTÁRIOS À LEI DA LIBERDADE ECONÔMICA	73
2.1. Visão geral estrutural: os princípios na Constituição Federal, no Código do Consumidor e no Código Civil	74
2.2. Desenvolvimento social e tecnológico: importantes causas das lacunas de um sistema jurídico	75
2.3. A nova ordem: o princípio como mecanismo balizador da lei. O princípio como fundamento da lei	76
2.4. Proporcionalidade das prestações na moderna teoria contratual	80
2.5. Intervenção do Estado por meio do dirigismo público judicial e “jurisprudencial” (em que pese a <i>Lei da Liberdade Econômica</i>)	81
2.6. Instrumentalidade dos princípios como forma de resguardar o interesse social e o sinalagma contratual	85
CAPÍTULO 3 – A BOA-FÉ OBJETIVA E SUAS FUNÇÕES	93
3.1. Polarização da doutrina brasileira sobre a boa-fé objetiva e seus deveres anexos: imutabilidade (“reforçada” pela Lei nº 13.874/2019) <i>versus</i> relativização da autonomia da vontade	94
3.2. Consagração dos deveres anexos no período pré-contratual: novamente a essencial contribuição do direito alemão. Nota sobre o novo Código Civil da China	99
3.3. Breve síntese dos modos de descumprimento obrigacional. Quebra dos deveres anexos e violação positiva do contrato	106
3.4. Importância do princípio da boa-fé em um sistema codificado	111
3.5. Funções da boa-fé objetiva: gama diversificada, com vastos limites	112
3.6. Conclusão: a aplicação do princípio da boa-fé objetiva e dos seus respectivos deveres anexos preenche lacunas, tende a evitar injustiças e é tendência mundial	117
CAPÍTULO 4 – DEVERES ANEXOS DE CONDUTA	119
4.1. Aperfeiçoamento do conceito de relação obrigacional e os deveres anexos de conduta provenientes da boa-fé objetiva	120
4.2. Espécies de deveres anexos. Introdução	126
4.3. Dever de cooperação (colaboração). Notas sobre a <i>Nachfrist</i> e a Lei do Superendividamento	128
4.4. Dever de informação plena, de esclarecimento e de transparência	134
4.5. Dever de agir conforme a confiança depositada	137
4.6. Dever de proteção e cuidado	139
4.7. Dever de lealdade e fidelidade	146

4.8. Dever de conservação e guarda.....	149
4.9. Dever de respeito.....	152
4.10. Dever de agir conforme a razoabilidade.....	158
4.11. Dever de probidade e honestidade.....	162
CAPÍTULO 5 – ETAPAS DA FASE PRÉ-CONTRATUAL E REGIME DA RESPONSABILIDADE	167
5.1. Divisão da fase pré-contratual. Introdução.....	168
5.2. Contratos por adesão e fase pré-contratual	169
5.3. Responsabilidade pré-contratual e violação dos deveres anexos	170
5.4. Controvérsia sobre a natureza da reponsabilidade na fase pré-contratual	172
5.5. Das três correntes doutrinárias. Conclusão.....	173
CAPÍTULO 6 – O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA NAS TRATATIVAS. INFORMAÇÃO PLENA E TRANSPARÊNCIA	177
6.1. Relação entre confiança e boa-fé.....	178
6.2. A confiança como expressão da solidariedade.....	179
6.3. O princípio da confiança como cláusula aberta.....	180
6.4. Vedação ao comportamento contraditório.....	183
6.5. Informação plena e transparência	184
6.6. Essência do negócio jurídico e transparência.....	186
6.7. A transparência conjugada com a solidariedade.....	188
6.8. Ausência de transparência e cláusulas abusivas	190
6.9 – A PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ NO DIREITO PÚBLICO DIANTE DO CANCELAMENTO DE BENEFÍCIOS FISCAIS.....	193
6.9.1. Notas introdutórias.....	194
6.9.2. Apontamentos sobre a divergência jurisprudencial no STF e no STJ.....	194
6.9.3. Incentivos fiscais como indutores da política pública de desenvolvimento econômico.....	198
6.9.4. Revogação de benefícios fiscais sem prazo certo e sem condições determinadas: inobservância dos princípios da boa-fé e da confiança.....	204
6.9.5. Necessidade de cumprimento da concessão de benefício fiscal	208
6.10. Conclusão.....	209
CAPÍTULO 7 – AS JORNADAS DE DIREITO CIVIL E OS DEVERES PRÉ-CONTRATUAIS, CONTRATUAIS E PÓS-CONTRATUAIS. NORMATIVAS ESTRANGEIRAS.....	211
7.1. Importância das Jornadas de Direito Civil. Introdução.....	212
7.1.1. Nota especial sobre a Lei da Liberdade Econômica.....	212
7.2. I Jornada de Direito Civil – realizada em 2002 (histórico e enunciados).....	214

7.3. II Jornada de Direito Civil – Realizada em 2003 (histórico).....	215
7.4. III Jornada de Direito Civil – Realizada em 2004 (histórico e enunciados)	215
7.5. IV Jornada de Direito Civil – Realizada em 2006 (histórico e enunciados)	217
7.6. V Jornada de Direito Civil – Realizada em 2011 (histórico e enunciados)	218
7.7. VI Jornada de Direito Civil – Realizada em 2013 (histórico e enunciados com justificativas).....	220
7.8. VII Jornada de Direito Civil – Realizada em 2015 (histórico e enunciados com justificativas).....	223
7.9. VIII Jornada de Direito Civil – Realizada em 2018 (histórico e enunciados com justificativas).....	226
7.10. Conclusões sobre as Jornadas de Direito Civil e seus <i>Enunciados</i>	228
7.11. Algumas das principais normativas estrangeiras referentes ao princípio da boa-fé	229
7.11.1. Códigos Cíveis: Alemanha, Itália, França, Suíça, Portugal, Holanda, Espanha, Catalunya, Romênia, Québec, Louisiana, México, Argentina, Chile, Peru, Japão e Coreia do Sul	230
7.11.2. Breves comentários ao novo Código Civil da China	235
 CAPÍTULO 8 – STANDARD ÉTICO-JURÍDICO: A BOA-FÉ NA EUROPA (<i>CIVIL LAW E COMMON LAW</i>), NA CISG E NO UNIDROIT.....	239
8.1. Movimento codicista uniforme. Introdução.....	240
8.2. A boa-fé objetiva na Europa e o dever de negociar com cuidado	243
8.3. A justiça contratual e a suposta maleabilidade da doutrina da boa-fé.....	245
8.4. Ciência econômica e contratos.....	247
8.5. Brevíssimas notas a respeito da boa-fé no <i>Uniform Commercial Code</i> (Código Comercial Uniforme dos EUA) e nos Códigos Cíveis da Louisiana, do Japão e da Coreia do Sul	248
8.6. Controvérsias sobre a interpretação e aplicação do princípio da boa-fé objetiva na fase pré-contratual no âmbito da CISG e do UNIDROIT.....	250
 CAPÍTULO 9 – NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO ARTIGO 422 DO CÓDIGO CIVIL E SUGESTÃO DE REFORMA LEGISLATIVA.....	255
9.1. Insuficiências do art. 422 do Código Civil. Introdução	256
9.2. Da admissão do legislador sobre a necessidade de alteração do art. 422.....	256
9.3. A previsão da boa-fé nas fases pré e pós-contratual pela legislação estrangeira	258
9.4. Tramitação do Projeto de Lei 699/2011	260
9.5. Sugestão de reforma do texto do art. 422 do Código Civil	261

POSFÁCIO À 2ª EDIÇÃO – MÁRIO LUIZ DELGADO (DOUTOR PELA USP).....	265
REFERÊNCIAS	269
Literatura jurídica nacional citada e consultada.....	269
Literatura jurídica estrangeira citada e consultada	280
Literatura não jurídica nacional e estrangeira citada e consultada	285
Literatura e legislação extraídas de sítios eletrônicos jurídicos e não jurídicos, nacionais e estrangeiros, citados e consultados	286
ANEXOS.....	293
Anexo 'A' – Projeto de Lei que visa modificar o art. 422 do Código Civil	293
Projeto de Lei 699/2011.....	293
Justificação	294
Anexo 'B' – Julgado paradigmático, de 1911, do Tribunal Superior da Alemanha, mencionado nos capítulos IV e V, a respeito dos deveres anexos e da fase pré-contratual.....	297